

# ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 76 - Fevereiro de 2015

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária



## RECESSÃO: ENFRENTAR LUTANDO



### CONJUNTURA NACIONAL

ENFRENTAR O GOVERNO DILMA E A ONDA REACIONÁRIA DO IMPEACHMENT

### EDUCAÇÃO

O AJUSTE FISCAL E OS EFEITOS NA ESCOLA PÚBLICA

### DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

DESCRIMINALIZAR E LEGALIZAR O ABORTO, UMA LUTA DE HOMENS E MULHERES

### ALAGOAS

A LUTA DOS TRABALHADORES QUE MORAM NA VILA DOS PESCADORES

### CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

O ENDURECIMENTO DAS LEIS PENAIS E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE

### GRÉCIA E ESPANHA

A LUTA POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

# ENFRENTAR GOVERNO DILMA E A ONDA REACIONÁRIA DO IMPEACHMENT

No contexto de crise estrutural, qualquer recuperação mesmo que pequena e momentânea de alguns países como EUA e Inglaterra só pode ocorrer à custa de empurrar outros países para uma situação mais difícil, como os chamados BRIC's (sigla que reúne Brasil, Rússia, Índia e China) que nos últimos anos têm diminuído seu crescimento. Nesse contexto, o Brasil também sente os efeitos do acirramento da competição no mercado mundial.

Aumenta a pressão do capital que opera no Brasil por sua lucratividade, no marco do esgotamento do modelo econômico implementado pelos governos petistas, pautado no aumento do consumo interno pela via do endividamento massivo e das isenções fiscais para alguns ramos, como o automotivo, construção civil, etc.

As medidas econômicas de austeridade de Dilma colocam limites para o aumento e até mesmo a manutenção do poder do mercado interno. O aumento dos juros, que leva ao aumento da inadimplência, o aumento do IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) e outros impostos das tarifas em geral (também chamado tarifaço) da inflação. O país já vive um cenário de recessão e aumento do desemprego.

As empresas buscam sobrecarregar cada trabalhador e ao mesmo tempo eliminar postos de trabalho aumentando sua lucratividade. São milhares de postos de trabalho fechados nas montadoras, autopeças, construção civil e outros ramos.

Agora, os próximos grandes ataques planejados pelo governo Dilma são a Reforma da Previdência (fórmula 85 x 95) e a votação do PL 4330/04 que amplia a terceirização.

Significa que o(a) trabalhador(a) só poderá se aposentar quando a soma do tempo de contribuição com a idade der 85 anos para mulheres e 95 para os homens. Significará, para muitos, trabalhar até morrer!

O PL (Projeto de Lei) 4330/04 que está no Congresso autoriza que sejam terceirizados todos os ramos dos setores produtivos e de serviços. Eduardo Cunha já afirmou que pretende colocá-

lo em votação urgentemente!

O PT está mergulhado na corrupção, uma das marcas de funcionamento do Estado brasileiro como um todo, à qual o PT se adaptou e se incorporou como representante de uma burocracia e de setores da burguesia que dependem umbilicalmente do Estado.

Nesse marco muitas lutas se colocam no horizonte, pois os trabalhadores não vão aceitar passivamente seus mínimos direitos serem arrancados pelos governos e Congresso. Mas todo esse quadro também forma a base material para a radicalização da classe média assim como da chamada "aristocracia operária" (setores de trabalhadores com maiores salários e direitos).

## NÃO PARTICIPAMOS EM ATOS OU MANIFESTAÇÕES DE DEFESA DO GOVERNO E DO PT

Rejeitamos qualquer distracionismo ou defensismo no sentido de exagerar o peso da campanha do impeachment, que no momento nem é a política dos principais setores da burguesia, para com isso deixar de impulsionar as lutas ou freá-las à medida que se choquem com o governos Dilma ou prefeituras do PT.

Esse discurso defensista do governo Dilma é disseminado nas redes e movimentos pelo PT e suas burocracias sindicais, mas também por alguns setores ditos de esquerda cuja política deixa de batalhar pela construção de uma alternativa de esquerda ao PT e à CUT, e que em última instância até contribui com a direita.

Por isso dizemos em alto e bom som: **Somos Oposição de Esquerda ao governo Dilma! Impulsionemos as lutas contra a destruição dos serviços públicos, o desemprego e os ataques aos nossos direitos!**

**Para isso defendemos um Fórum unitário de Lutas** antigovernista e antiburocrático que unifique as lutas e construa **um Dia nacional de Lutas com Paralisações** e apresente para o conjunto da sociedade as demandas dos trabalhadores, da mulher, raciais, etc.

Além disso, é preciso avançar nos num **Programa Socialista Revolucionário** para fazer frente aos

ataques e disputar tanto com a direita reacionária e contra o PT.

Como ponto de partida defendemos que as entidades e correntes realizem uma grande Campanha Pelo Não Pagamento da Dívida Pública e investimento do dinheiro (cerca de 1,35 trilhão previstos só em 2015) nos serviços públicos (Educação, saúde, transporte e moradia).

## POR QUE NÃO PARTICIPAMOS DOS ATOS PRÓ-IMPEACHMENT

Na ausência de alternativas de esquerda e socialistas reais, em que os referenciais de esquerda foram pisoteados pelo PT e pela CUT, em que os setores da esquerda (PSTU/PSOL/PCB) têm pouco peso e não se propõem a encabeçar uma alternativa prática real, a radicalização dos setores descontentes é aproveitada e manipulada pelo discurso da mídia, culpando de modo simplista somente a corrupção do governo federal (particularmente o PT e Dilma), ao mesmo tempo isentando os casos bilionários da era FHC, como a privatização da Vale, e os governos estaduais e partidos ligados ao bloco do PSDB. Parte desses setores se volta inclusive contra os mínimos programas sociais existentes, a partir de uma visão meritocrática e muitas vezes até com termos carregados de preconceitos e ódio aos pobres.

Há uma disseminação de valores e ideias contra os direitos das mulheres, dos LGBTQs, da discussão sobre a legalização do aborto, das drogas, etc., discurso alimentado cotidianamente por parte de setores da mídia, igrejas, e partidos de direita que conformam uma verdadeira onda reacionária que, se antes tinha representantes caricatos, tidos como desequilibrados (como Bolsonaro, Feliciano, etc.) agora são tratados pela mídia como políticos ilustres e firmes, como é o caso de Eduardo Cunha (PMDB) eleito presidente do Congresso.

A crise estrutural do capital leva a uma polarização e a uma conformação mais aberta de projetos antagônicos para a sociedade, o que faz com que a burguesia e setores em crise da classe média passem a flertar com projetos cada vez mais de direita com tendência até mesmo ao

fascismo. Em todas as crises sociais sérias os setores de ultradireita surgiram disputando e muitas vezes ganhando setores de massa para seu projeto.

Setores de classe média tentam ganhar o protagonismo político, mas isso abre muitas contradições, pois a pequena burguesia/classe média é incapaz como classe de ter um projeto político próprio e independente. Sempre fica a reboque dos projetos do grande capital ou do proletariado.

No Brasil, esse sentimento da chamada classe média já havia se expressado no ano passado com a marcha da Família Tradição e Propriedade, convocada em várias capitais, no segundo turno. E logo após com manifestações pela anulação das eleições, do qual participaram figuras decadentes como Lobão, motivo de chacota nas redes por não cumprir sua promessa de sair do país caso Dilma fosse eleita.

Aproveitando-se do isolamento do PT os partidos que expressam diferentes setores da burguesia disputam entre si o controle do Congresso e da oposição de direita ao governo Dilma. Vemos que os setores da burguesia que foram derrotados nas eleições, querem de todas as formas resguardar fatias de orçamento e de poder maiores. Além disso, há uma unidade em vários segmentos no sentido de afastar cada vez mais o PT da esfera federal de modo a preparar as condições para sua saída em 2018 ou até mesmo antes, evitando uma possível volta de Lula.

Com o prosseguimento das denúncias da Operação Lava Jato e com o agravamento das condições econômicas esse movimento reacionário ganha influência e se centraliza na bandeira de "Impeachment de Dilma."

A manifestação (atos pelo impeachment) convocada por setores da

direita (revoltados online, etc.), na prática, apontam para a entrega do governo diretamente para o PMDB (Michel Temer é o vice) ou para um golpe parlamentar (nesse caso poderia assumir Eduardo Cunha (também do PMDB) ou para um golpe do Judiciário (assumindo nesse caso o presidente do Supremo Lewandovski) e no limite para a proposta de intervenção militar. Em todos esses casos vemos uma piora os trabalhadores e para as demandas da mulher, raciais, LGBTs e para os movimentos sociais em geral, pois são setores que buscam dividir e massacrar ainda mais a classe trabalhadora.

Por esses elementos a posição do Espaço Socialista é **Contra o Impeachment nesse momento e nos termos em que estão colocados! Não participamos dos Atos Pelo Impeachment!**

Esse rechaço a proposta de impeachment não significa, porém que defendermos o governo Dilma nem por um minuto! Pelo contrário, como dissemos acima o impeachment não é a possibilidade mais provável nesse momento, justamente por que o governo do PT tem se colocado como um governo muito mais à direita atacando os direitos dos trabalhadores, aplicando o tarifaço, restringindo os investimentos sociais para que sobre mais dinheiro para o pagamento dos juros da Dívida Pública, etc. É um governo corrupto, inimigo dos trabalhadores e que não merece nosso apoio.

### **POR UMA MUDANÇA A PARTIR DAS LUTAS DOS TRABALHADORES!**

Já dissemos que a queda de popularidade de Dilma e de Alckmin demonstram um maior espaço de disputa para os setores de esquerda mas também para a direita.



No Paraná a mobilização contra os planos de Beto Richa foi o principal elemento da luta de classes nacional, criando um amplo movimento de solidariedade, obrigando-o a recuar.

Um elemento interessante foi esse governo colocar a questão da democracia, dizendo que a ocupação da Assembleia era antidemocrático. É importante fazermos esse debate sobre o que de fato é a democracia. A ocupação do prédio da Assembleia foi sem dúvida o maior ato democrático que o Paraná já viu. Trabalhadores decidindo e lutando coletivamente: isso é democracia de fato, democracia social!

A partir das novas lutas da classe trabalhadora enfrentando os planos de austeridade do governo Dilma e da oposição de direita (pois nisso ambos os blocos do governo e oposição de direita estão unidos) podem se criar as condições para uma mudança efetiva por parte dos trabalhadores.

Conforme as lutas avancem com o surgimento de organismos de base e referenciais de esquerda e socialista poderá estar colocada a possibilidade de um Fora Dilma e até de um Fora Todos pelos trabalhadores em luta, que poderão assumir não apenas o controle democrático das decisões políticas mas principalmente sobre os meios de produção e distribuição da riqueza social.

## **DESCRIMINALIZAR E LEGALIZAR O ABORTO, UMA LUTA DE MULHERES E HOMENS**

O aborto sempre existiu. Práticas abortivas são transmitidas de geração para geração há séculos e há registros na literatura de 2690 AC. É legalizado em 56 países. E mata no Brasil mais do que em todos esses países juntos.

O Código Penal brasileiro, de 1940, prevê duas condições (caso de estupro e risco de morte da gestante) para que o aborto seja considerado legal, isto é, deva

ser realizado pelo SUS e planos de saúde. Somente em 2012 o STF aprovou também para os casos de anencefalia.

Desde 2007 o Estatuto do Nascituro busca impedir que, mesmo nessas condições, a mulher possa realizar o aborto. Isso significa impor que o estupro deixa de ser crime, obriga a mulher a se submeter à violência e faz a vida da mulher menos importante que um feto.

Também têm deputados querendo aprovar o Estatuto da Família que além de criminalizar o aborto, mesmo nessas condições, proíbe a adoção de crianças por casais homossexuais. Isso significa que em nome de um modelo de família se sacrifica e penaliza a mulher e a criança.

Hoje, pela legislação brasileira, a mulher que pratica o aborto clandestino é considerada criminoso e a pena pode

ser de 01 a 03 anos de prisão. Ainda assim, esses mesmos parlamentares querem aumentar para 02 a 06 anos. E a justificativa para isso é: deveria ter pensado antes de engravidar. No entanto, a legislação não penaliza ou criminaliza o parceiro, o homem, responsável também pelo ato sexual, que geralmente não assume a paternidade e incentiva, até financeiramente, o aborto. É uma lei que não pune o ato em si, pune um gênero, o feminino.

Na sociedade capitalista patriarcal é assim, O Estado cria leis que não servem para resolver problemas, apenas para punir. Nega-se à mulher o direito de decidir sobre o seu próprio corpo e a submete à legislação sem considerar que suas condições econômicas, sociais e políticas são determinantes para uma decisão como essa e para o tipo de procedimento a ser adotado. Portanto, a mulher continua abortando.

### **A DURA REALIDADE DA MULHER TRABALHADORA**

Pesquisa realizada em 2013, pela UERJ, estima 850.000 casos de abortos induzidos por ano no país. As mulheres que tomam essa decisão, depois de avaliarem seus reais problemas, entendem que vivem numa sociedade desigual, compreendem que terão a responsabilidade, muitas vezes exclusiva, sobre a criação e Educação da criança e concluem que não possuem condição para assumir a gestação.

No Brasil, segundo o IBGE, em 37% dos lares as mulheres são chefes de família; são 52% dos desempregados; recebem apenas 68% da renda do homem e, com os cortes de verbas dos governos para os serviços públicos (creches, escolas, postos de saúde, etc.), as dificuldades ainda aumentarão.

A mulher que induz ao aborto e não tem condição de pagar uma clínica clandestina – muitas vezes reservada apenas à mulher que tem condição de pagar R\$ 5mil – é também aquela que procura os hospitais do SUS para socorro e tem sido denunciada por médicos, que estão cumprindo papel de polícia. De acordo com a Revista Exame, as 33 mulheres presas em 2014 possuem um perfil: são jovens, negras e de baixa renda.

Em 2015 essa situação continua. No ABC paulista mais uma jovem foi algemada, na cama do Hospital São Bernardo, após ser denunciada pelo

médico à polícia. O escracho ao médico e ao hospital realizado por feministas e organizações políticas da região é um exemplo importante da possibilidade de unidade de ação para nossa resistência.

Os números indicam que a criminalização do aborto não impede a sua realização, mas reforça a crueldade da sociedade patriarcal, alimenta a rede de clínicas clandestinas que corrompe e sustenta uma infinidade de intermediários de todos os tipos e coloca em risco a saúde e a vida de milhares de mulheres da classe trabalhadora. Além disso, ao punir somente a mulher e ignorar a existência de um homem nessa relação fortalece a irresponsabilidade masculina para abandonar um incapaz.

Nenhuma mulher defende o aborto como método contraceptivo. O que se defende é a vida da mulher. Que a mulher deixe de ter como saída o aborto clandestino. Que não precise se submeter a práticas inseguras, que matam ou deixam sequelas.

No entanto, quando uma legislação está em total descompasso com a realidade torna-se necessário se perguntar: Como e em base ao que se criam as leis em um país?

Numa sociedade que se diz democrática – mas, que não possui investimento em Educação Sexual nas escolas, que educa com práticas machistas, não adota políticas eficazes de distribuição de preservativos, métodos contraceptivos e pílulas do dia seguinte, possui uma mídia que não presta serviço mas ressalta uma sexualidade desmedida – e permite que a opinião pessoal ou a crença religiosa de deputados norteiam a legislação de um país, realmente precisa da unidade de mulheres e homens para inverter essa situação.

### **CONTRA O PATRIARCADO, O CAPITALISMO E OS GOVERNOS DA BURGUESIA**

Sabemos que sob o capitalismo a legislação favorece a classe dominante, mas não podemos permitir que os princípios da dignidade humana sejam garantidos apenas para essa parcela da população, com o aval de governos e sob pressão de determinadas religiões (como a Assembleia de Deus de homens como Eduardo Cunha e Feliciano) que não respeitam o Estado laico, subjagam a mulher com o corte de direitos e que se

utilizem de uma questão como essa para sacrificar ainda mais a mulher da classe trabalhadora e favorecer o empresariado, o pagamento da dívida pública e seus próprios interesses pessoais.

Sempre que o sistema capitalista patriarcal entra em crise tem-se necessidade de impor, ainda mais, a subordinação da mulher para punir, reprimir, calar e garantir as condições indispensáveis para a retirada de direitos (como o direito à Licença Maternidade), para o retorno da mulher ao espaço privado, para a repressão da sexualidade e para impor a divisão da classe trabalhadora para sustentar a privação ao princípio da dignidade da pessoa humana.

E criminalizar o aborto tem sido algo que afeta a mulher em todos esses aspectos. Retira da mulher o direito de decidir colocando-a em posição desigual; obriga a mulher a assumir a maternidade e arcar com todas as consequências de forma individualizada; reforça a procriação e não o prazer como elemento básico da sexualidade; coloca a mulher em situação degradante e desumana ao não propiciar condições mínimas de saúde e obrigá-la a recorrer à clandestinidade para fazer aborto e não às condições necessárias para sua própria existência.

É necessário que todas as organizações que se declaram de esquerda, que lutam contra a imposição de uma sociedade dominada pelas forças reacionárias se coloquem em luta pela descriminalização e legalização do aborto. Não podemos aceitar que o governo Dilma, os governos estaduais e municipais silenciem e compactuem com a violência imposta à mulher trabalhadora. É inadmissível que mulheres, ativistas e militantes não se somem a luta anticapitalista e antigovernista diante de situações como essa e que tem como resposta o corte de verbas públicas para o combate a violência à mulher.

Fortalecer essa luta e impor a pauta pela imediata descriminalização e legalização do aborto pela vida da mulher! Educação sexual nas escolas e nos cursos universitários de licenciatura, já! Programa imediato e intensivo de prevenção e distribuição de métodos contraceptivos em todos os órgãos de saúde e de Educação do Estado! Cassação do mandato de todos os parlamentares que atentam contra a dignidade da pessoa humana!

# AJUSTE FISCAL: EFEITOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA E NA PROFISSÃO DOCENTE

Procuraremos demonstrar a partir de uma análise imediata dos números e dados vindos à tona até aqui, os impactos do receituário neoliberal de austeridade fiscal ou reequilíbrio fiscal – como é denominado mais usualmente na mídia – na Educação Pública brasileira, com seus desdobramentos no dia a dia das escolas e no trabalho diário dos professores, bem como em sua profissão.

Ao nosso ver, a política de reequilíbrio fiscal virou política de estado, onde independe a legenda partidária – PT, PSDB, PMDB, PSB... – dos novos governadores e prefeitos Brasil a fora.

Hoje em nosso país, as divergências políticas se dão, sobretudo, em torno de quem é mais eficiente na aplicação do receituário neoliberal de austeridade fiscal.

Além do governo Dilma, em todo o país, tanto os novos governadores como prefeitos anunciam cortes em seus orçamentos. A ação institucional unificada dos governos federal, estaduais e municipais se passa pela redução de despesas e custeios, demissão de servidores e contingenciamento do orçamento.

No plano federal, Dilma contingenciou um terço dos gastos administrativos dos 39 ministérios e secretarias especiais, sendo que o Ministério da Educação foi o mais afetado, com o equivalente a R\$ 7 bilhões no ano, dos R\$ 22,7 bilhões de cortes orçamentários.

Verifiquem como isso vem se dando em alguns estados:

√ Geraldo Alckmin (PSDB-SP): redução de 15% nos cargos comissionados; de 10% dos gastos com custeio e o contingenciamento de 10% do orçamento discricionário, que dá

aproximadamente R\$ 6,6 bilhões das despesas previstas para o ano;

√ Pezão (PMDB-RJ): fará um corte de gastos de R\$ 2,6 bilhões em todas as suas secretarias e autarquias;

√ Fernando Pimentel (PT-MG): decidiu reduzir em 20% os gastos com contratação de servidores, e pediu listas com os cortes aos secretários;

√ Paulo Câmara (PSB-PE): iniciou fevereiro anunciando o Plano de Contingenciamento de Gastos para economizar R\$ 320 milhões este ano;

√ Renan Filho (PMDB-AL): anunciou que as secretarias devem cortar 30% dos comissionados, o que trará uma economia de R\$ 16 milhões;

√ Flávio Dino (PC do B-MA): determinou o corte de 30% do custeio para todas as secretarias;

√ Rui Costa (PT-BA), anunciou redução do número de órgãos públicos e número de servidores, **com uma estimada economia de R\$ 200 milhões em 2015;**

√ Beto Richa (PSDB-PR), afirmou que espera economizar R\$ 1 bilhão em custeio para conter o déficit estimado para este ano. ([uol.com.br](http://uol.com.br)). Com isso, espera-se chegar a uma somatória de R\$ 13 bi.

Nos Estados mais pobres, o ajuste fiscal também foi causado pela redução de repasses federais, que representam a maior fatia do orçamento. Descontada a inflação, os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados) em janeiro tiveram R\$ 280 milhões a menos em comparação ao mesmo mês do ano passado. (*ibidem*)

Em relação aos municípios, só no estado de São Paulo, cerca de 15 cidades decidiram cancelar seus carnavais em função da política de cortes de gastos. Divinópolis, em Minas, atrasou o 13º do funcionalismo público. Itaguaí, no Rio de Janeiro, suspendeu por 120 dias a concessão de reajustes em razão do Plano de Carreiras e Vencimentos aos Servidores da Educação, visando à redução de despesas de pessoal.

Essas são algumas das muitas situações que estão ocorrendo no Brasil, apontando que os estados e municípios estão agora no centro na contenção dos

gastos.

## POR TRÁS DO REEQUILÍBRIO FISCAL: A QUESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A principal alegação para o reequilíbrio fiscal – além da condição para a retomada do crescimento – está na Dívida Pública, resultante de injustificáveis e elevadíssimos juros incidentes sobre a mesma.

De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da Dívida Pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano.

Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à Educação, 11 vezes aos gastos com Saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social.

Com cálculo distinto, o Banco Central prevê aumento da dívida líquida para 38,2% em 2015 e, da dívida bruta, para 65,2% - nos dois casos em relação ao PIB. Ou seja, a tendência é de aumento da Dívida Pública. Não queremos aqui entrar nas formas de cálculos usadas nos dois casos, mas apenas mostrar a tendência de crescimento da Dívida. Para 2015, a Dívida Pública deve ficar com R\$ 1,356 trilhão, ou 47% do orçamento de 2015.

Ainda de acordo com o Banco Central, o objetivo do governo é estancar a alta da dívida bruta, para, só então, reduzi-la. Essa dívida subiu de 56,7% para 63,4% do PIB no ano passado, atingindo o maior nível da série histórica, iniciada em dezembro de 2001.

Continua o BC: O déficit nominal, que vinha rodando na casa de 2% a 3% do PIB nos últimos anos, disparou para 6,7% do PIB em 2014. O BC prevê que, com um aperto fiscal mais forte, haverá redução para 4,5% neste ano. ([http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/31/interinas\\_economia.613477](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/31/interinas_economia.613477))

## OS IMPACTOS IMEDIATOS DA AUSTERIDADE FISCAL NAS REDES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE ENSINO E NA CARREIRA DOS PROFESSORES

Os impactos da política de austeridade fiscal já se fazem sentir em



quase todas as redes públicas de ensino público do país, e têm praticamente as mesmas características. Podemos dizer que trata-se de uma política de Estado, pois todos os entes da federação aplicam em unidade essa política.

Também salientamos que os governos de São Paulo e do Paraná sempre foram vanguardas na aplicação do projeto neoliberal na Educação em seus estados, e responsáveis pela irradiação desse projeto para todo o país, a partir da era FHC. Por isso, iremos enumerar os impactos da política de austeridade fiscal no interior das escolas e na carreira dos professores. No caso do Paraná, pelo fato de os professores da rede pública estarem em Greve desde 07 de fevereiro, e São Paulo, por já no final de 2014, Alckmin já adotar medidas de contenção de gastos. Mas também citaremos outras situações.

Vejam o que aconteceu no Paraná: 29 mil professores(as) PSS – contratados temporários – com atrasos de pagamento, sem acertos da rescisão, demitidos sumariamente; 10 mil funcionários(as) de escola afastados com a promessa de corte de 30 % deste efetivo; Não pagamento de 1/3 das férias; Não pagamento de promoções e progressões de professores(as) e funcionários(as) durante todo o ano de 2014; Atraso constante de verbas para a manutenção e pequenos reparos nas escolas e; Superlotação de salas de aulas.

Em São Paulo, o governo tucano fechou cerca de 2.700 salas de aulas em todo o estado, superlotando as demais. Identificamos salas com mais 60 alunos.

Escolas com suas infraestruturas deterioradas. Houve também o corte de verbas para obras de pequenos reparos e de compra de material de higiene e limpeza. São inúmeros os relatos de escolas sem papel higiênico, materiais de limpeza e de funcionários com atrasos de pagamentos. Além de tudo isso, o governo paulista demitiu mais de 20 mil professores temporários, denominados de categoria “O”.

Presenciamos também a não convocação/efetivação de professores que passaram em concurso público. É o caso da rede estadual de Alagoas.

Há também o ataque às aposentadorias e a direitos adquiridos, como no caso da sexta parte e quinquênios. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), já no ano passado acenou para a transformação da sexta parte e do quinquênio em subsídios, que podem ser retirados a qualquer momento. No Paraná, Beto Richa, também quer transformar esses direitos adquiridos em subsídios.

Este é o legado devastador da austeridade fiscal sobre a Educação Pública – mas que também atinge os demais serviços públicos essenciais – e a carreira dos professores que avança por todo o país. Estamos diante da destruição dos serviços públicos.

**A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA É UMA LUTA DE TODOS! ROMPAMOS DESDE JÁ COM OS LIMITES IMPOSTOS PELA BUROCRACIA GOVERNISTA!**

Devemos aproveitar o potencial de mobilização em torno da defesa de uma

Educação Pública digna. A destruição dos serviços públicos tem eco junto aos trabalhadores. Isso já se demonstrou em 2013, quando a Educação Pública apareceu como prioridade social.

Não esperemos pela burocracia governista. As maiores correntes de oposição – PSOL, PSTU... – precisam romper com os limites impostos pela burocracia e a adaptação ao aparato sindical, avançar no trabalho de base e, em conjunto com pais, alunos e demais trabalhadores, lutar contra a política de austeridade fiscal e o projeto educacional do capital.

Nesse sentido, é muito importante a eleição de comandos de base nas assembleias, podendo contar com professores de base e membros da oposição.

Temos que preparar um dia nacional de luta de defesa da Educação Pública e da carreira docente, de modo que unifiquemos as lutas, greves e mobilizações dos professores brasileiros, pois trata-se de um ataque nacional aos direitos históricos dos professores.

Devemos desde já intensificar a campanha pelos 10% do PIB já para a Educação! E que esse percentual seja investido apenas na Educação Pública e sob controle dos professores, pais e alunos. Contra a intervenção da iniciativa privada na Educação Pública.

Em relação à Dívida Pública, não a fizemos, portanto, não devemos pagá-la! Dinheiro público deve ser investido nos serviços públicos!

Pelo não pagamento da Dívida Pública! Auditoria já!

## O ENDURECIMENTO DAS LEIS PENAIS SÓ INTERESSA AOS CAPITALISTAS

Vozes do conservadorismo têm ecoado por toda parte e sobre muitos assuntos. Aqui vamos nos referir ao “clamor” pelo aumento das penas e a



redução da maioria penal. Partidos e grupos de direita, deputados, governadores (Alckmin é um dos ferrenhos defensores) e inclusive “pessoas comuns” argumentam que aumentando as penas o crime diminuiria.

Não é a primeira vez que estes temas aparecem. O preocupante é o apoio de massas que essas propostas têm conseguido, incentivando os políticos reacionários “caça-votos” a propor vários projetos para alteração da

legislação penal relativos a esses assuntos. São os oportunistas de plantão que, na verdade, não estão preocupados em solucionar esses problemas, criados pela política que eles mesmos implementaram.

Essas ideias surgem e ganham força porque se apoiam em uma situação objetiva de aumento da criminalidade, da violência e da insegurança na qual as pessoas estão envolvidas. Inclusive vários setores da classe trabalhadora também defendem essas propostas, o que torna ainda mais urgente a esquerda

entrar neste debate, pois infelizmente, o assunto ainda é monopólio da direita.

Neste artigo damos uma modesta contribuição para o debate e também fazemos um chamado aos nossos leitores que escrevam sobre essa questão.

### O QUE É O CRIME?

Tratamos aqui especificamente do crime contra o patrimônio. Ainda que juridicamente tenham questões comuns com este crime, em outro momento retomamos o assunto.

Pensar o tema a partir de uma visão de esquerda, a conceituação de crime na sociedade capitalista já é algo relevante. Para os juristas burgueses (e não são poucos), independente da corrente jurídica, o conceito de crime está associado ao descumprimento de uma norma jurídica, da lei, mas não dizem que a forma jurídica vigente é determinada pelas relações de produção (como é apropriado o que é produzido) e de propriedade desta sociedade. No processo pelo qual se realizam as trocas de mercadorias advém das relações sociais entre os homens e que dão materialidade às formas jurídicas necessárias ao funcionamento do capitalismo. Assim posse, propriedade, contrato, condições para a realização de troca, entre outras, só podem ser compreendidas se levarmos em conta que estamos em sociedade dividida em classes sociais.

Então para o direito (entendido aqui como algo próprio de sociedade de classes) é considerado crime qualquer conduta humana que se opõe ao processo de troca. As necessidades humanas não são levadas em consideração. Se alguém, para satisfazer a necessidade de comer, entrar em um mercado e se apropriar de um pacote de bolacha, estará cometendo – pelas normas burguesas – um crime (e temos várias condenações por esse fato). O processo “normal” é a pessoa ir lá e trocar dinheiro pelo pacote de bolacha.

Claro que a punição exercida pelo Estado objetiva o controle social, mas o fundamento está no fato de não ter havido a troca regular entre o mercado e a pessoa, única conduta aceita pelas normas burguesas. Como diz Marx, “O conteúdo da relação jurídica ou da vontade é dado pela própria relação econômica”. (Crítica da economia política, p.159)

As leis que movem a troca de mercadorias é a referência até mesmo

para as penas aplicadas aos delitos. Não por acaso, as penas são contadas em tempo de prisão que nada mais é do que a reposição da quantidade de horas utilizadas na formação do valor das mercadorias. Esta é a razão de penas distintas serem aplicadas para o furto ou roubo de um carro (tempo maior para quantificação desta mercadoria) e de uma caneta esferográfica (tecnicamente considerado crime, mas envolve pouco tempo de trabalho para sua produção). Porém, se a caneta for um produto que exigiu mais tempo para a formação de seu valor, vai haver outro equivalente para a aplicação da penalidade.

### CRIME: DE ONDE?

O tema é bem espinhoso, pois a burguesia fez questão de envolvê-lo em um manto moralista e até mesmo religioso. O sétimo mandamento bíblico: não roubarás.

Mesmo com todas estas dificuldades, não podemos fugir dele. Para nós, marxistas, é impossível explicar qualquer fenômeno, qualquer ciência, qualquer teoria senão aquela que parte do pressuposto da existência de classes sociais antagônicas, com suas relações sociais próprias do modo de produção capitalista. As profundas contradições que derivam da exploração capitalista determinam – em última instância – todas as outras esferas da vida social. Ninguém nasce delinquente ou criminoso. É um processo social.

Em uma sociedade na qual se proliferam marcas de roupa e de tênis, tipos de celulares etc., que servem de referência para “ser alguém e vencer na vida” a realidade para a maioria é de ausência de tudo, muitas vezes até mesmo da alimentação. É o modo de vida desta sociedade empurrando, sobretudo os jovens, para a criminalidade. Sem escolas de qualidade, sem lazer e sem emprego tornam-se presas fáceis para os recrutadores do crime.

A contradição entre o que a sociedade exige “para ser alguém” e as condições reais para alcançar essa situação (ter o tênis, o celular etc.) leva muitos a entrarem para o crime, único caminho para alcançar aquilo que a própria sociedade diz que ele tem de ter, mas não lhe dá as mínimas condições.

Desta maneira, para nós, o crime não tem, como elemento fundamental,

motivações subjetivas, ou seja, que “o criminoso” seria determinado pelo seu psicológico, por doenças patológicas ou pela personalidade. Essas teorias – com fins ideológicos – procuram subtrair da sociedade capitalista sua responsabilidade.

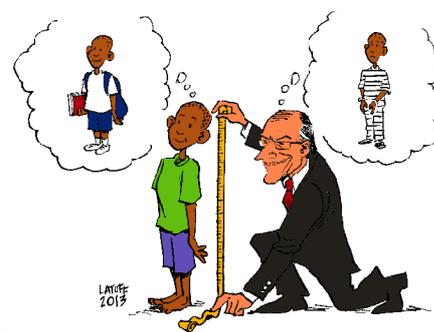
O crime tem raízes nas relações sociais desta sociedade, conforme descrito acima. Como diz Vera Malaguti Batista, “quem não entender a luta de classes por trás dos processos de criminalização não dará conta do problema”. (Díficeis ganhos fáceis, drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro, 2011, p. 90).

### AUMENTO DE PENA, ENCARCERAMENTO EM MASSA E REDUÇÃO DA MAIORIDADE...TEM GENTE LUCRANDO

Esse é um debate com implicações ideológicas de concepção de mundo. Nós, socialistas, temos como referência a vida e não a mercadoria e o lucro, como a direita e os políticos burgueses têm. Para eles, quanto mais pessoas estiverem dentro das penitenciárias, mais infraestrutura (vigilância, construção etc.) será necessária e, portanto, lucra-se mais.

Em nenhum lugar do mundo o endurecimento da legislação penal e o aumento das condenações significou redução da criminalidade e da violência. Nos Estados Unidos, um dos países onde mais se endureceu o sistema penal e judicial (*law and order*), por exemplo, encheu-se as prisões (a população carcerária é de mais de 2,2 milhões de pessoas, representando 25% de todos os presos do mundo) e mesmo assim não houve o fim da violência. Em contrapartida, as empresas que atuam nos negócios ligados ao sistema penitenciário ganham bilhões de dólares. Muitas penitenciárias privadas chegam a lucrar 50 milhões de dólares por ano.

No Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho de 2014, 711 mil pessoas (incluindo



as prisões domiciliares) estavam presas, quarta maior população carcerária do mundo. E se todos os mandados de prisão fossem cumpridos seriam mais 350 mil pessoas presas. Há 20 anos, em 1995, eram 148 mil presos, quase cinco vezes mais, isso considerando os efetivamente presos.

Estes números já são consequência da política em curso de criminalização da pobreza. Os governos não estão preocupados na recuperação de ninguém, pelo contrário, com essa política quanto mais criminosos, mais lucro para os capitalistas que atuam no ramo. O capitalismo nunca vai acabar com a criminalidade porque ela deriva exatamente dos problemas sociais do capitalismo.

Reduzir a menoridade penal, tornar as penas mais rígidas e condenar mais não resolverá os problemas de onde originam o crime. A defesa dessas medidas por parte de muitos políticos é explicada pela política de privatização (parceria público-privado, terceirização) do sistema prisional brasileiro.

Em Ribeirão das Neves (MG) existe a primeira penitenciária privada do país, empresas privadas substituindo o Estado nas funções de tutela de presos. Em São Paulo já há, desde 2013, três projetos de parceria público-privado (PPP) para instalação de penitenciária nos mesmos moldes da Minas Gerais. Não é por acaso que Alckmin e Aécio Neves são ferrenhos defensores da redução da maioridade penal.

E pela lógica do capital, conforme Patrick Lemos Cacicedo, da Defensoria Pública de São Paulo: *“Para quem investe em determinado produto, no caso o produto humano, será interessante ter cada vez mais presos”*

Outro objetivo da criminalização da pobreza – ainda mais em tempos de crise – é impor o medo e a obediência sobre a classe trabalhadora para que aceitem o destino que o capitalismo lhe reservou. Essa não é uma ideia recente. Segundo Marx: *“Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura”*. (MARX, Karl. O capital: crítica da economia política).

Mais uma questão importante é que o endurecimento é para os “criminosos

comuns”. As denúncias de que milhares de políticos e empresários movimentaram pelo menos 20 bilhões no banco HSBC na Suíça, condutas que podem ser tipificadas como evasão de divisas, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Qual é a razão de o crime organizado não ser combatido enquanto instituição?

## **MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS? O ESTADO NÃO EDUCA...**

Muitos que defendem a redução da maioridade penal, não sabem como a punição para crianças e adolescentes funciona hoje. Conhecidas pelo nome de medidas socioeducativas, as punições às crianças e adolescentes não têm nada de educativo. Teoricamente vão de advertências até detenção nos abrigos para menores infratores (em São Paulo é a Fundação Casa; no Rio de Janeiro é o Degase). Mas na prática a teoria é outra, pois o que acontece é uma aplicação indiscriminada da medida de internação.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida de internação é prevista somente para os casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa. Porém, basta fazer uma visita a esses abrigos para perceber a infinidade de adolescentes encarcerados por infrações consideradas leves.

A “educação” é feita pelos métodos de tortura e violência institucionalizadas por parte dos agentes, por comida estragada, condições insalubres e superlotação. O elevado índice de reincidência (em São Paulo, 54% dos casos) e a crescente violência demonstram que nem a medida de internação nem a instituição cumprem o suposto papel educativo.

O encarceramento de crianças e adolescentes é tratado como única medida, expondo seres em desenvolvimento a maior humilhação e violência como alternativa ao crime. *“Os adolescentes são mais vítimas que autores de violência. Em 2011, eles foram responsáveis por, aproximadamente, 1,8 mil homicídios, 8,4% do total. No mesmo ano, 4,3 mil jovens entre 12 e 18 anos incompletos foram assassinados”*. (Mário Volpi da Unicef).

A redução da maioridade penal é mais uma daquelas respostas que os conservadores querem dar aos problemas que a sociedade capitalista não tem recurso nem intenção de resolver. Nas condições atuais, esta é

uma forma de esconder e aprofundar ainda mais o problema, um cala-boca para a sociedade.

Esses abrigos existentes pelo país afora, parte do sistema prisional, nada mais é do que o atestado de incompetência do sistema capitalista.

São por essas razões que nos opomos à política de redução da maioridade penal e do endurecimento das penas.

## **ELEMENTOS DE UM PROGRAMA SOCIALISTA**

Como dissemos, a sociedade capitalista é incapaz de resolver a criminalidade e a violência. Por isso é preciso pensar uma política a partir das necessidades da classe trabalhadora. Como propostas iniciais e para iniciar o debate, defendemos:

√ Garantia de emprego para tod@.

√ Acesso universal a escola e a universidade, com garantia de bolsas para a juventude se manter financeiramente.

√ Não à redução da maioridade penal! Privação da liberdade somente aos que cometem crimes que atentam contra o corpo e a vida.

√ Pelo cumprimento imediato do ECA! Proteção integral da infância e da adolescência para evitar que recorram ao crime!

√ Atendimento especializado e decente às questões psicológicas e às dependências do álcool e demais drogas! Por CAPS adulto e infantil em todos os bairros!

√ Por abrigos e Espaços de Convivência adequados às particularidades das crianças e adolescentes em situação de rua e com vagas suficientes!

√ Por direito a trabalho, escola e cursos livres a todo jovem! Um programa social para que a juventude possa desenvolver atividades físicas, culturais e artísticas como processo de sua formação social.

√ Pelo fim da Fundação Casa! Não à punição de nossas crianças, vítimas do capitalismo! Por medidas socioeducativas de verdade que sejam humanas e de fato alternativas ao crime!

√ Assistência já às famílias em situação vulnerável!

Muitos logo argumentarão: de onde vem o dinheiro para isso? Repatriar, por exemplo, o dinheiro desviado pela

corrupção para o exterior já sanaria muitas de nossas necessidades. Uma solução definitiva poderia ser construída com o não pagamento da dívida pública, que consome mais de 1 trilhão de reais por ano e hoje serve para alimentar os agiotas e sanguessugas do dinheiro público.

Também sabemos que nenhum governo burguês adotará essas medidas. Só os trabalhadores organizados poderão aplicar um plano que acabe de fato com a violência. Por isso, para nós, a luta contra a violência é parte da nossa luta pela revolução socialista.

Uma sociedade socialista, com o fim

da propriedade privada e a socialização dos meios de produção (controle operário) na qual tod@s terão a satisfação de suas necessidades, o crime contra o patrimônio não fará o menor sentido, simplesmente porque a propriedade privada será abolida.

## PESCADORES DO JARAGUÁ A POUCOS DIAS DE SEREM DESPEJADOS

No dia 22 de janeiro, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a desocupação do terreno da Vila dos Pescadores. Localizada no bairro do Jaraguá, em Maceió (AL), trata-se de uma comunidade que reside na beira do mar há mais de 60 anos, subsistindo das atividades da pesca e da mariscagem.

Não é, portanto, apenas o local de habitação, mas de obtenção de renda dessas trabalhadoras e trabalhadores. Na última década, a prefeitura de Maceió realizou os mais diversos ataques contra suas moradias, que estão construídas em território da marinha. Foram diferentes gestões que comungaram na tentativa de remover a comunidade da área – demonstrando com muita clareza a quem serve as instituições políticas de nossa democracia.

Em todos os planejamentos e decisões que foram traçadas ao longo desses anos, como é de se esperar, não se pesou a opinião dos moradores da Vila. Fala-se em reforma urbana, revitalização e “aproveitamento do terreno” sem consultar o interesse público, muito menos o dos próprios pescadores do Jaraguá.

O discurso que apela a favor do despejo dos pescadores do Jaraguá passou por aparentes transformações - ora assumindo tons macabros, com o interesse de se construir um estacionamento para barcos na localidade, ora ganhando contornos de um vistoso projeto de centro pesqueiro que teria como anexo um grande estacionamento. Toda essa cantoria, no entanto, não esconde o temeroso fato de que famílias trabalhadoras estão sob o constante risco de serem arrancadas de seus locais de residência e de trabalho, a despeito de fornecerem cotidianamente

frutos do mar para a cidade.

O atual prefeito, Rui Palmeira (PSDB) – num gesto pra lá de humanitário – tem “oferecido” a seguinte alternativa à comunidade: que abandonem suas casas e aceitem viver num condomínio que fica a 4 quilômetros da Vila, no Trapiche da Barra. Além de que estariam enfiados em cubículos de 32 metros quadrados, as marisqueiras e pescadores do Jaraguá – que já vivenciam condições econômicas precárias – teriam gastos com transportes (mantivessem suas atividades pesqueiras ativas ou não); e um maior desperdício de tempo para garantir seus meios de sobrevivência, já que demorariam uma parcela maior de seu dia se locomovendo pela cidade.

Apesar do exagerado grau de crueldade, é preciso ressaltar que notícias desse tipo têm sido recorrentes em nossos noticiários - nem todos os ocorridos, entretanto, ganham as manchetes. O mais famoso dos casos, que ocupou espaço considerável na grande mídia, foi o episódio da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP): em janeiro de 2012, cerca de 8 mil pessoas - após uma série de denúncias e gestos de resistências - foram removidas de seus lares por estarem ocupando um terreno do empresário Naji Nahas.

Homens e mulheres (jovens, adultos, idosos e crianças) foram expulsos aos cassetetes e gás lacrimogênio de suas casas, numa ocupação que já durava mais de 7 anos. Um curioso dado para refletir sobre a ação do Estado: de acordo com uma pesquisa encomendada na época pelo empresário e proprietário do terreno, estimou-se a possibilidade de lucro de até R\$ 275 milhões de reais com a construção de um empreendimento imobiliário na região.

Sob esse sanguinário manancial

podemos enxergar, assim, claras motivações econômicas: não se trata de uma brutalidade estatal desajuizada, mas de uma violência com claras finalidades financeiras e políticas. Para o maior sofrimento da classe trabalhadora, não faltaram episódios como esse nos últimos anos: em 2010, em Salvador (BA), com determinação da Justiça, prefeitura usou escavadeiras, tratores e marretas para assegurar demolição de mais de 300 casas de pescadores na capital baiana. No ano passado, a Copa do Mundo foi um espetáculo de megarremoções: mais de 1.700 pessoas foram violentamente desabrigadas para garantir a estrutura e logística necessárias ao bem-estar das cifras da Fifa e demais empresas que lucravam com o evento no Brasil.

No espírito de luta que pulsa na Vila dos Pescadores do Jaraguá, os moradores tomam cada vez mais consciência de quem é o inimigo. Todas as atitudes que são contrárias às suas moradias – sejam ameaças da prefeitura, intimidações policiais ou depreciações das quais são alvos, pela mídia televisiva e virtual - traduzem com muita perfeição os interesses das grandes empresas da construção civil – refletem os estreitos desejos do capital em “revitalizar” um terreno já cheio de vida (são 116 famílias residentes), para construir obras que injetem lucros nas veias do turismo e do grande comércio.

Em alerta, por poderem receber uma ordem de despejo da Justiça a qualquer momento, os pescadores e marisqueiras



da Vila atravessam um clima de extrema tensão desde as últimas semanas do mês passado. “Não somos vítimas de enchentes, não precisamos morar em alojamentos”, diz uma das moradoras, num ato ocorrido no dia 27 de fevereiro.

Reivindicando a permanência reurbanização da Vila (que propicie,

dentre outras coisas, coleta regular de lixo, água potável e um sistema de esgoto sanitário), os trabalhadores e trabalhadoras da pesca – ao lado do movimento Abrace a Vila - vêm realizando um calendários de atividades culturais, de panfletagens e de protestos para denunciar a política autoritária da

prefeitura e somar braços que abracem essa resistência – uma luta de toda a classe trabalhadora e demais setores marginalizados de Alagoas.

facebook.com/abraceavila  
abraceavila.wordpress.com

Acompanhe, construa!

## GRÉCIA, ESPANHA E A LUTA POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

O Espaço Socialista tem como uma de suas convicções de que vivemos em uma crise da alternativa socialista, isto é, um processo político que revela a ausência de saídas pela esquerda e contra o capital diante das crises políticas e sociais que se alastram, cada vez mais, pelo mundo.

A proposta deste artigo é refletir sobre a questão da subjetividade associada à reflexão sobre “crise estrutural do capital”. Esse esforço é para demarcar a impossibilidade de saídas duradouras nos marcos do capital e o esgotamento de saídas reformistas.

As rebeliões da Primavera Árabe, as jornadas de junho no Brasil e as mobilizações na Europa, a guerra civil na Síria, além de tantos outros processos, do ponto de vista da subjetividade, todos têm elementos em comum: a ausência de uma alternativa socialista (que se expressasse em forma de um programa de ruptura com o capital) e de outra que se combina é a ausência da classe operária – aquela que produz valor – como protagonista, como vanguarda do processo revolucionário.

Assim, mesmo com as especificidades de cada processo, têm-se direções de toda sorte: nacionalistas burgueses, fundamentalistas, reformistas, eleitores e, de forma bem marginal, setores de esquerda e com algum peso político. Mas, o que determina é que a consciência média nesse processo não vai em direção à ruptura com o capitalismo e, em muitos casos, são frações da burguesia se guerreando para ver quem vai continuar a explorar os trabalhadores.

Não ter esse conceito como um dos elementos da situação política mundial é desprezar o papel do elemento consciente da revolução ou reduzi-lo à existência de partidos e ou organizações

revolucionárias. Para nós o processo está combinado entre o desenvolvimento de uma consciência anticapitalista e socialista no interior da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, a construção de organizações e/ou partidos revolucionários, elementos fundamentais para o combate à ideologia burguesa no processo revolucionário.

### VER TAMBÉM AS CONTRADIÇÕES...

O processo político pelo qual passa Grécia e Espanha coloca com toda dramaticidade a questão da crise de alternativa socialista. Crise econômica profunda (desemprego, pobreza, etc.), a direita crescendo, o crescimento de grupos e partidos antineoliberais (sem ser anticapitalista) e a ausência da classe operária organizada e consciente.

São muitas contradições. Apresentar essas contradições e dificuldades do processo em curso não é ser “pessimista”, mas procurar entender e apreender a realidade como uma totalidade, ou seja, em suas várias determinações, particularidades, tendências e contradições. Ressaltamos essa questão metodológica porque muitas correntes políticas, em suas avaliações, se amparam apenas em alguns elementos, o que leva a conclusões parciais.

### GRÉCIA E ESPANHA NEGAM OS PARTIDOS TRADICIONAIS

Do lado da burguesia, para responder a situação de crise econômica, os governos espanhol e grego se endividaram ainda mais. Como contrapartida a Troika exigiu a aplicação de medidas de austeridade (ataques a direitos sociais e à legislação trabalhista)

que só fizeram aprofundar a pobreza e os problemas sociais.

Essa situação levou a intensas mobilizações políticas com um caráter – ainda que diluído – de esquerda, de oposição aos planos econômicos de austeridade da Troika. Greves gerais, manifestações nas ruas e outras formas de luta fizeram a crise chegar também ao sistema de representação política nesses dois países (também há manifestações desse processo em outros países, mas com menor intensidade).

Os partidos tradicionais “de esquerda” (as aspas servem como discordância com esse termo), como o Partido Socialista (PASOK) na Grécia e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), – também associamos essa crise ao PT no Brasil e ao Peronismo na Argentina – mesmo com o revezamento do poder, não conseguiram responder aos problemas e apresentar saídas que sequer preservassem o nível de vida das pessoas. Pelo contrário, foram fiadores dos planos de ajustes e austeridade propostos pelos credores das dívidas.

Aceitar as imposições dos banqueiros e credores da dívida (tanto aqui quanto lá) significa adotar medidas contra os trabalhadores. Ou seja, os partidos governantes “de esquerda” escolheram isso: salvar o capital e seus planos de aumentar a exploração sobre



Pablo Iglesias do Podemos e Alex Tsipras do Syriza

a classe trabalhadora.

A derrota do PASOK na Grécia e o desgaste do PSOE na Espanha – sintomas da crise que vivem os “tradicionais partidos de esquerda” – são consequências da opção política que fizeram e como encontram um processo de resistência e mobilização por parte dos trabalhadores. Esse choque levou ao seu enfraquecimento, abrindo espaço para o surgimento de novos atores políticos.

A partir desses aspectos, podemos compreender que nesses dois países se combinam mudanças importantes nas representações políticas. Da luta contra os planos de austeridade, nasceram novas forças políticas (Syriza na Grécia e Podemos na Espanha), organizações mais com características de frente do que “partidos puros”.

Toda afirmação parte de uma negação. O novo não se consolida enquanto o velho permanece forte. Assim, os primeiros sinais de que pode vir algo novo são os momentos de negação, por mais confuso e contraditório que possam ser. Ainda que o movimento tenha que superar esses “novos partidos”, Syriza e Podemos, vemos como muito progressiva a mobilização dos trabalhadores desses países, quando jogam para a lata do lixo esses partidos que se dizem de esquerda (PASOK, PSOE, PT, etc.), mas são tão capitalistas quanto os de direita.

### **SYRIZA E PODEMOS SÃO ALTERNATIVAS SOCIALISTAS?**

O Syriza, na Grécia, e o Podemos, na Espanha, são agrupações e partidos que mais se fortaleceram nesse processo e se colocam como a “grande novidade” na Europa. Opõem-se aos planos de austeridade impostos pela TROIKA, mas não colocam no horizonte a ruptura com o sistema do Euro. No limite, buscam uma saída negociada para cumprir os compromissos financeiros em melhores condições. Acreditam que é possível se manter com a moeda única e, ainda assim, aplicar medidas sociais contra o desemprego e a pobreza.

Ainda que se apoiem em um plano que tende a ser de esquerda, nenhum dos dois tem como estratégia – considerada aqui como as tarefas políticas de longo prazo – a luta pelo socialismo. São reformistas, defendem reformas para melhorar o capitalismo, bem diferente do “reformismo histórico”

(também vencido historicamente) cuja luta pelas reformas e a ocupação dos espaços no Estado eram vistas como formas de chegar ao socialismo.

No dia 20 de fevereiro foi anunciado que o Syriza fechou acordo com o bloco europeu (outro nome da TROIKA e com forte poder da Alemanha), prorrogando o plano de resgate da economia grega (os bancos individuais, o Banco Central Europeu continuam emprestando dinheiro – que nem entra na Grécia, vai direto para o pagamento da dívida) por mais quatro meses. Em troca, o governo grego adota “reformas que devem envolver o combate à corrupção, à evasão fiscal e medidas que melhorem a ‘eficiência do setor público’” (FSP 21/02). Ou seja, muda-se o governo, mas, pelo menos por enquanto, a política continua a mesma, pois, além de reconhecer a totalidade da dívida também aceita a supervisão sobre as contas públicas por parte de organismos internacionais e também se compromete a não adotar medidas unilaterais. Uma postura bem diferente das promessas eleitorais.

Resta saber como os trabalhadores gregos, que darão a palavra final, reagirão ao acordo que mantém a mesma política de ataque aos seus direitos, mantém o desemprego e o corte dos serviços públicos. Se se sentirem fortalecidos e irem às ruas, passando por cima do Syriza, podemos assistir ao nascimento de um movimento que pode apontar para uma saída classista, servindo de referência para o proletariado europeu.

É preciso acompanhar de perto esse movimento (pelas lições que pode nos deixar) porque ocorre numa realidade bem complexa e contraditória, na qual também os partidos de direita mostram força e não podemos descartar que cresçam ainda mais. Na Grécia, por exemplo, o partido Aurora Dourada (de tipo fascista) fez 17 cadeiras no parlamento e o partido Nova Democracia (de direita, conservador) teve quase 27% dos votos na mesma eleição em que o Syriza venceu.

### **DA NEGAÇÃO À AFIRMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA CLASSISTA E SOCIALISTA**

Não se pode desconsiderar o fato de que

esse movimento de negação ainda se localiza na esfera das representações políticas. Tem-se como elemento positivo a oposição aos planos de ajustes do capital e a negação dos partidos tradicionais de “esquerda”, também carregam a limitação de ainda acreditarem na possibilidade de mudanças por dentro do sistema político (parlamento, etc.).

Na Grécia, por exemplo, a abstenção foi a menor desde 2007, demonstrando que a consciência se mantém dentro dos limites da “disputa por dentro” das instituições. Na Espanha o processo também passa por essa disputa institucional, com o Podemos se preparando para as eleições municipais e regionais em maio, e, no fim do ano, as legislativas em nível nacional, em que lidera as pesquisas.

Apesar de todas as contradições, não se pode negar que é um movimento importante de questionamento de um modelo que foi aplicado à exaustão por diversos governos na Europa e também no mundo. A importância está no fato de que essa negação, a depender do seu desenvolvimento, pode levar à (negação da negação, momento de afirmação de um novo) construção de formas de luta e organização a partir da experiência que os trabalhadores façam com essas direções.

É fundamental que a classe trabalhadora realize a experiência com essas direções para poder dar um salto e assumir em suas mãos as tarefas de enfrentamento ao capitalismo, pois se depender do Syriza e do Podemos as coisas não vão mudar estruturalmente.

Mas, essa experiência não vai ser fácil e nem sem contradições. Além das mediações que os governos capitalistas – e também essas direções – conseguem impor, há também a crise de alternativa socialista, processo no qual a consciência de classes encontra muitas dificuldades



para se desenvolver.

A nós marxistas cabe contribuir para que a classe a compreenda (ou seja, desenvolva a consciência) que com esse sistema e com essas direções não vai ser possível resolver os problemas em sua raiz, ou seja, derrubar o capitalismo e, assim, que esse processo se acelere e ganhe um rumo à esquerda, caminhando para a ruptura com o capital.

## UM PEQUENO GLOSSÁRIO

### **PASOK: MOVIMENTO SOCIALISTA PAN-HELÊNICO**

Fundado em 1974 a partir da junção dos grupos de resistência que derrubaram a ditadura militar cujo programa era a luta pela “Independência Nacional, Soberania Popular, Libertação Social e Estruturas Democráticas”. Aos pouco tornou seu programa flexível até que nos anos 1990 apoiou a entrada da Grécia na União Europeia e em 2001 na zona do euro, cumprindo todas as obrigações financeiras assumidas com os bancos e os principais países da região (França e Alemanha principalmente).

Esse papel de coautor na aplicação das medidas de austeridade fez com que perdesse o apoio popular. Nas eleições de 2009 obteve 43% dos votos e agora em janeiro de 2015, menos de 5%. Em 1981 chegou a ter 48% dos votos.

A crise dentro do PASOK é tão grande que a poucos dias das eleições de janeiro desse ano um setor importante fundou “um novo PASOK”, com o nome de Movimento de Democratas Socialistas, liderados por Giorgos Papandreou, obtendo menos de 3% dos votos.

### **SYRIZA**

Nasceu em 2004 como uma frente que reúne treze grupos e partidos políticos maoístas, trotskistas, comunistas, ambientalistas, socialdemocratas e populistas de esquerda. Conhecido como esquerda radical, suas propostas não têm caráter de ruptura com o capital.

Com um programa centrado na discussão da questão da dívida pública e contra os programas de austeridade da TROYKA, começou a ganhar força exatamente quando o descontrole da dívida e a pressão das medidas econômicas sobre a Grécia levaram a uma série de cortes de direitos trabalhistas, demissões, pobreza etc. Já em 2012 foi a segunda força eleitoral com 27% dos votos.

Não é por acaso que a Grécia, de repente, tornou-se o centro das atenções tanto da esquerda quanto do imperialismo, pois a depender do rumo que as coisas tomem, pode fortalecer a luta dos trabalhadores em todo mundo, enfrentando o pagamento da dívida, formando organismos independentes da classe trabalhadora e com o desenvolvimento da consciência para

Liderado por Alexis Tsipras, nas eleições de janeiro desse ano obteve 37% dos votos, com o bônus de 50 cadeiras no parlamento. O partido mais votado alcançou 149 cadeiras de um total de 300.

### **TROIKA**

É constituída por três entidades: Banco Central Europeu, Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional. Os empréstimos aos países são negociados por essa organização que, em troca, apresenta um plano de controle sobre a economia do país que pede o empréstimo. Como garantia de pagamento impõem uma receita neoliberal como cortar verbas dos serviços públicos, demitir funcionários públicos, abrir a economia para empresas estrangeiras, privatizando as estatais. As mesmas medidas que vemos aqui no Brasil.

As mobilizações concentram na Troika o maior ódio por ser o grupo que aparece diretamente nos planos econômicos que ataca os direitos dos trabalhadores.

### **UNIÃO EUROPEIA**

Bloco econômico formado atualmente por 28 países. Sucessora da Comunidade Econômica Europeia, ganhou força a partir do início da crise capitalista dos anos 1970. Formou um mercado comum com a exclusão das fronteiras entre os países, mas na prática essa liberdade existe para as mercadorias que circulam livremente, favorecendo os países desenvolvidos e dominantes do bloco. No Reino Unido, por exemplo, existe um movimento liderado pelo Partido Independente (UKIP, sigla em inglês) para sair do bloco por ser contra a livre circulação de pessoas, sobretudo dos trabalhadores oriundos de países periféricos, como a Polônia.

derrubar a burguesia grega e o imperialismo.

Mas a radicalização não é a única alternativa, infelizmente. O governo do Syriza já mostra recuos como a aliança com o Partido Gregos Independentes (de direita nacionalista) e pode, assim, fortalecer ainda mais o grupo de países que querem impor os ajustes aos países periféricos da região.

Somente podemos compreender esse bloco no marco da competição interimperialista, com uma busca de melhores condições para o capital europeu competir no mercado mundial. Como o deputado e ex-ministro conservador Kenneth Clarke declarou à BBC: “Se nós [da UE] quisermos competir com os americanos e os chineses..., nós precisamos da livre circulação dos trabalhadores”.

### **ZONA DO EURO**

A Zona do Euro consiste em países que adotaram sistema de moeda única: o Euro. Iniciou em 1999 com 11 países e hoje conta com 19 países que, conforme foram cumprindo as medidas necessárias, se incorporam ao bloco. O fato de ser a mesma moeda não quer dizer que as condições econômicas sejam as mesmas. O sistema mantém a divisão entre países centrais e periféricos, estes últimos fontes de formas mais agressivas de extração de mais-valia. O poder político está entre França e Alemanha com preponderância para a última, muito mais agressiva com os países da periferia e devedores.

Nem todos os países da União Europeia estão na Zona do Euro. Os principais ausentes são o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) – por opção – e Dinamarca – em que o euro foi rejeitado em um plebiscito – e os outros porque não cumprem as condições econômicas, como a Suécia.

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

### **CONTATOS**

[www.espacosocialista.org](http://www.espacosocialista.org)  
[espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)

### **SIGA-NOS NO FACE**

[facebook.com/espacosocialista1](https://facebook.com/espacosocialista1)